

O Boletim de Conjuntura publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos, artigos empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano 1 | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista |

www.revista.ufr.br/boca



GESTÃO CULTURAL NA BAIXADA FLUMINENSE: DUQUE DE CAXIAS E SUA AUTONOMIA CULTURAL

*Marlon Santos Dias**

Resumo

O presente ensaio visa trazer ao debate a gestão cultural de Duque de Caxias, pertencente a Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, evidenciando a autonomia popular da Sociedade Civil no processo de desenvolvimento cultural na cidade.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; Duque de Caxias; Política Cultural.

Abstract

This essay aims to bring to debate the cultural management of Duque de Caxias, Baixada Fluminense of Rio de Janeiro, showing the popular autonomy of Civil Society in the process of cultural development of the city.

Keywords: Baixada Fluminense; Culture Policy; Duque de Caxias.

O município de Duque de Caxias possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) de todo o Estado (IBGE, 2016), possui uma secretaria que não é exclusivamente para a cultura, mas aglutinada ao turismo, fruto da Lei Nº 2.745 de 10/11/2015 que institui o Plano Municipal de Cultura, assim como a instalação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). O Plano Diretor Urbanístico, de 2015, possui como um de seus principais objetivos a necessidade de se tornar polo turístico metropolitano de referência a cultura de futebol de várzea, cultura negra, quilombola e turismo ecológico serrano.

A cidade possui seu Plano Municipal de Política Cultural que abrange as mais variadas questões socioculturais de seu território, assim como suas principais Leis culturais. O dinheiro para custear o desenvolvimento cultural vem do Fundo Municipal de Cultura, que possui sua principal fonte de renda a bilheteria do Teatro Raul Cortez. Porém, a dinâmica da atual conjuntura apresenta enormes desafios para a operacionalização das políticas culturais, a fim de que elas internalizem o caráter participativo na elaboração das políticas da região (DIAS, 2019).

A ausência de metodologias definitivas, que poderiam ser deliberadas a partir do modelo de ciclo de políticas públicas de Secchi (2013) – ou seja, um modelo que se restringe às sete das principais fases, como: a) Identificação do problema; b) Formação da agenda; c) Formulação de alternativas; d)

* Bacharel em Turismo e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (UFRRJ). E-mail para contato: sdmarlon@yahoo.com



Tomada de decisão; e) Implementação; f) Avaliação; g) Extinção – dificultam a aplicabilidade governamental, sobretudo pelo quadro dos funcionários se constituírem, em sua grande maioria, pela ausência de servidores públicos e a falta de vontade política, o que ocasiona na massiva pressão política da Sociedade Civil e coletivos socioculturais autônomos da região, que lutam pela garantia do desenvolvimento cultural e condições básicas de vida (DIAS, 2019).

Diante disso, os debates acerca das políticas culturais modernas têm seu início nas conferências da Unesco, em 1970, nas quais foi construindo-se uma distinção entre duas diferentes tipologias. A que buscava a ampliação da democratização ao acesso às atividades e aos produtos da cultura elitista, ou erudita, o que se definia como “democratização da cultura”. As políticas de “democracia cultural”, em contrapartida, por meio de uma visão socioantropológica de cultura, buscavam valorizar e fomentar as práticas culturais populares (LIMA, et al. 2013).

São as políticas culturais, contudo, com base na democracia cultural, ou seja, fomento a prática sociocultural popular, que podem se tornar uma alternativa para solucionar desgastes sociopolíticos em Duque de Caxias. São dessas bases participativas que podem desencadear uma gama de outras políticas públicas a partir da agenda social, das necessidades que são mais urgentes na região.

Com isso, a partir do que Miraftab (2016) denomina planejamento insurgente, se torna necessário aglutinar, também, as práticas insurgentes dentro dos processos metodológicos. Logo, o sentido de inclusão, ou processo participativo, se torna autodeterminativo, pois já não necessita da representação de instituições para que ela atenda seus interesses, visto que seus atores já estarão incorporados nas atividades. Assim, essa tipologia de planejamento perpassa a ideia de participação “até certo ponto”, ou seja, é uma mudança significativa na “perspectiva que valida a ação direta coletiva de cidadãos e que volta-se da democracia representativa para a democracia participativa” (MIRAFTAB, 2016, p. 368).

Portanto, não basta somente fomentar o acesso ao desenvolvimento de uma cultura popular nas camadas sociais, é necessário descolonizar as ideias de planejamento, que inclui a elaboração das políticas públicas de cultura, para tender ao que Fanon (1986; 1995) denomina descolonização das mentes, pois a cultura é um dos principais terrenos onde a práxis é enraizada e desenvolvida, por isso, ela também pode ser um espaço onde tudo seja radicalmente questionado (RICHARD, 2005). Assim, é preciso propor uma abertura de espaços para que identidades segregadas e invisibilizadas possam tomar para si o poder de representarem a si mesmas como atores principais na esfera pública (DIAS, 2019).

Diante dos pressupostos apresentados, como a ausência do Estado para contribuir na elaboração das políticas públicas de cultura já foi mencionada acima, a autonomia popular do município é demasiadamente ativa, e atua em formas de redes de coletivos socioculturais, um pouco dentro da



dinâmica planejamento insurgentes, tais como o Coletivo FALA, AMAC, Gomeia Galpão Criativo, Lira de Ouro, Cypher Kids, rodas culturais de batalha de rap, Família Lanatanpa, entre outros. Inclusive, algumas leis culturais foram deliberadas por eles com muita pressão popular, como a lei da Semana do Hip Hop[†] (DIAS, 2019).

A Escola Popular de Artes[‡], também foi outra política pública que só existiu pela pressão da sociedade civil, porém a manutenção da Escola não existe mais e alguns atores culturais nunca ouviram falar. Esse é o problema quando, assim como a Semana do Hip Hop, a população precisa ficar lutando constantemente para que suas conquistas populares não caiam no esquecimento. Principalmente quando a gestão cultural entende a cultura como evento e entretenimento, deixando de lado todo o desenvolvimento das relações humanas subjetivas.

Desse modo, pode-se perceber o potencial cultural e turístico dos grupos culturais de Duque de Caxias, já que seus eventos e suas atividades reúnem pessoas das mais variadas regiões, mesmo sem apoio efetivo governamental. Um exemplo é o Meeting Of Favela que é o maior evento de grafite da América Latina e que reúne inúmeros grupos culturais locais e internacionais na cidade. Porém, esse potencial turístico na articulação de tais coletivos, precisam de um planejamento participativo/insurgente, metodologias eficazes para a elaboração de políticas públicas, manutenção das leis culturais, assim como a regulamentação dos artistas da cidade.

Com base nisso, torna-se imprescindível, a compreensão não somente sobre o que os “de cima” podem fazer para a gestão cultural, mas que os “de baixo”, localizados em grande maioria nas periferias urbanas, como a Baixada Fluminense, não estão desmobilizados político e culturalmente e possuem grande capacidade para autogerir seus espaços, seja ocupando praças, desenvolvendo novas atividades culturais, formando novas lideranças políticas, seja reivindicando de forma organizada novos marcos legais para a sustentação de sua cultura popular.

[†] “A Semana do Hip Hop acontece por conta da junção de dois movimentos, o primeiro é o Meeting Of Favela (MOF) que é o maior evento de Grafite da América Latina, e o Cypher, maior evento de Break da América Latina. Os organizadores desses eventos e participantes deles buscaram fazer a junção de uma Lei de Mesquita sobre o Hip Hop com uma Lei de São Paulo, tiveram colaboração do prefeito da época Oswaldo Lima, que já é falecido, e a Lei Nº 2536 de Julho de 2013 foi instituída. A legitimidade da Semana do Hip Hop foi e continua sendo bastante importante, sobretudo no que tange resistir às repressões que são submetidas as rodas de rap do município” (DIAS, 2019, p.83).

[‡] “A Escola de Artes do município foi criada a partir da parceria entre o artista Paullo Ramos, que já foi premiado internacionalmente como, por exemplo, Tokyo e Patagonia, e o Barbosa Leite. Nesse sentido, essa Escola de Artes, que abarcava todos os tipos de artes por meio de cursos, foi institucionalizada a partir da pressão de um grupo pequeno de ativistas culturais que fizeram uma solicitação para a criação da mesma, dentro da SMCT” (DIAS, 2019, p. 81).



REFERÊNCIAS

DIAS, M. “Gestão cultural na Baixada Fluminense: Uma análise das Políticas Públicas no Município de Duque de Caxias – RJ”. **Academia Website** [2019]. Disponível em: <www.academia.edu> Acesso em: 11/04/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Produto Interno dos Municípios – Duque de Caxias”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2016]. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 03/06/2019.

LIMA, L.; ORTELLADO, P.; SOUZA, P. **O que são as políticas culturais?** Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. Rio de Janeiro: Fundação Casa, 2013.

MIRAFTAB, F. “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 18, n. 3, 2016.

RICHARD, N. “Globalización académica, estudios culturales y crítica latino-americana”. *In.* MATO, D. (comp.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano I | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2019

www.revista.ufrr.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima